O LAZER NEGADO AOS SUBÚRBIOS CARIOCAS: COLONIALIDADE DO SABER URBANO E REGIONAL

Joana Berrondo
Escola Superior de Desenho Industrial – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ESDI/UERJ) | jberrondo@esdi.uerj.br

Plínio Balbino da Silva Siqueira
Escola Superior de Desenho Industrial – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (ESDI/UERJ) | plinio.balbino2@gmail.com

Sessão Temática 13: Colonialidade do saber urbano e regional

Resumo: Este artigo analisa como o planejamento urbano do subúrbio carioca reproduz a colonialidade ao negar espaços de lazer às comunidades periféricas. A pesquisa identifica que a segregação socioespacial, iniciada com o zoneamento urbano e a expansão ferroviária no século XIX, consolidou hierarquias territoriais que privilegiam os centros urbanos e marginalizam os subúrbios, ao deslegitimar saberes, memórias e práticas das populações periféricas. O estudo aborda a Quinta da Boa Vista como exemplo de resistência, mostrando como as populações suburbanas transformaram o parque em um espaço de convivência. Partindo de Nêgo Bispo, Mbembe e Akotirene, o texto explora dinâmicas de exclusão numa lógica contracolonial, além de usar a autoetnografia como recurso metodológico para conectar vivências pessoais e coletivas que ressignificam os territórios urbanos. Propõe-se que a valorização dos saberes locais e a inclusão das periferias são essenciais para construir cidades mais justas e inclusivas.

Palavras-chave: Resistência Territorial; Planejamento Urbano; Subúrbio; Decolonialidade; Justiça Espacial

THE DENIED LEISURE IN THE CARIOCA SUBURBS: COLONIALITY OF URBAN AND REGIONAL KNOWLEDGE

Abstract: *This article analyzes how urban planning in the suburban areas of Rio de Janeiro reproduces coloniality by denying leisure spaces to peripheral communities. The research identifies that socio-spatial segregation, initiated with urban zoning and the railway expansion in the 19th century, established territorial hierarchies that favor urban centers and marginalize the suburbs, delegitimizing the knowledge, memories, and practices of peripheral populations. The study examines Quinta da Boa Vista as an example of resistance, showing how suburban populations transformed the park into a space of coexistence. Drawing from Nêgo Bispo, Mbembe, and Akotirene, the text explores exclusion dynamics within a counter-colonial logic, using autoethnography as a methodological tool to connect personal and collective experiences that re-signify urban territories. It is proposed that valuing local knowledge and including peripheral areas are essential to building fairer and more inclusive cities.*

Keywords: *Territorial Resistance; Urban Planning; Suburbs; Decoloniality; Spatial Justice*

EL OCIO NEGADO A LOS SUBURBIOS CARIOCAS: COLONIALIDAD DEL SABER URBANO Y REGIONAL

Resumen: *Este artículo analiza cómo la planificación urbana en los suburbios de Río de Janeiro reproduce la colonialidad al negar espacios de ocio a las periferias. La investigación identifica que la segregación socioespacial, iniciada con el zonificación urbana en el siglo XIX, consolidó jerarquías territoriales que favorecen los centros urbanos y marginan los suburbios, deslegitimando los saberes, memorias y prácticas periféricas. El estudio aborda la Quinta da Boa Vista como un ejemplo de resistencia, mostrando cómo las poblaciones suburbanas transformaron el parque en un espacio de convivencia. Partiendo de Nêgo Bispo, Mbembe y Akotirene, el texto explora dinámicas de exclusión dentro de una lógica contracolonial, utilizando la autoetnografía para conectar vivencias personales y colectivas que resignifican los territorios urbanos. Se propone que la valorización de los saberes locales y la inclusión de las periferias son esenciales para construir ciudades más justas e inclusivas.*

Palabras clave: *Resistencia Territorial; Planificación Urbana; Suburbios; Decolonialidad; Justicia Espacial*

INTRODUÇÃO

Historicamente, o planejamento urbano do Rio de Janeiro tem reproduzido dinâmicas excludentes, consolidando desigualdades socioespaciais que remontam à formação colonialista da cidade. Essa estrutura privilegiou os espaços centrais e as áreas destinadas às elites, relegando as periferias a funções subalternas, como trabalho e moradia para a classe trabalhadora. No contexto do subúrbio carioca, essas desigualdades são particularmente evidentes na negligência em relação a espaços de lazer, o que reflete uma lógica colonial que perpetua a marginalização de territórios periféricos como menos merecedores de cuidado, investimento e reconhecimento.

A colonialidade, como conceito, opera por meio de uma aculturação imposta, onde práticas culturais e sociais colonizadoras são sobrevalorizadas em detrimento dos saberes e modos de vida das populações marginalizadas. Essa dinâmica reforça uma visão de modernidade excludente, que marginaliza não apenas sujeitos, mas também territórios urbanos periféricos (OBD, 2024 apud Quijano, 1992; Mignolo, 2017).

No Rio de Janeiro, o zoneamento urbano estruturado pela construção da linha férrea no século XIX exemplifica essa lógica, ao deslocar a força de trabalho, majoritariamente negra, para áreas periféricas próximas às indústrias emergentes, enquanto as elites migraram para o centro-sul da cidade. Esse processo consolidou a segregação socioespacial que está posta até hoje, desumanizando os corpos periféricos ao negar-lhes acesso a circuitos de lazer, infraestrutura urbana e bem-estar (Santos, 2022).

Santos (2023, p. 19) afirma que "as cidades são estruturas colonialistas", organizadas para preservar os privilégios de uma parcela específica da população. A exclusão socioespacial do subúrbio carioca, portanto, transcende o aspecto físico, configurando-se também como uma negação de conhecimento, memória e narrativas das populações que habitam esses territórios. A ausência de equipamentos de lazer revela-se como uma continuidade histórica de práticas projetuais colonialistas, relegando certos corpos e territórios à invisibilidade e à exclusão.

Além disso, as cidades, paradoxalmente projetadas para os humanos, operam em exclusão de determinados grupos que não se enquadram nos padrões hegemônicos de humanidade. Segundo Santos (2023, p. 16), "a sociedade se faz com iguais", evidenciando que a homogeneização da humanidade é um pilar das dinâmicas de exclusão. Esse fenômeno atinge não apenas o espaço físico, mas também a dignidade e o reconhecimento das populações periféricas.

Ainda que o planejamento urbano reproduza desigualdades, as populações periféricas resistem cotidianamente a essas estruturas opressivas. Nêgo Bispo contribui ao propor que o território seja entendido como sujeito, enfatizando os saberes, memórias e afetos acumulados que emergem das áreas marginalizadas. Logo, a valorização desses saberes outros, torna-se um ato político e epistemológico, essencial para construir cidades mais justas e inclusivas.

Embora bairros centrais e nobres continuem sendo priorizados no planejamento urbano, as periferias permanecem marcadas pela precariedade de infraestrutura e pela invisibilidade de suas demandas. Bento (2022, p. 26) destaca que "a construção das desigualdades é um processo de estruturação institucional que vai atravessando a história do país", portanto, exige um compromisso ativo para desmantelar estruturas de privilégio e construir políticas urbanas que incorporem as práticas e memórias coletivas das populações marginalizadas.

Apesar de pensar a cidade como um território colonialista, Santos (2023) aponta para as duras condições enfrentadas pelas populações periféricas, que resistem cotidianamente a essas estruturas opressoras. No caso do subúrbio carioca, a Quinta da Boa Vista se destaca como um exemplo significativo de resistência a essa lógica excludente e nos ajuda a pensar outras possibilidades de experiências sobre a cidade. Construindo, assim, novos paradigmas urbanos, políticos, geográficos e afetivos de forma a (re)democratizar o processo de planejamento e compreensão do território.

Conhecida como o "quintal" do suburbano, esse equipamento transcende sua função como espaço de lazer, representando um lugar de trocas e conexões que desafiam a desumanização imposta pela colonialidade e que promove um urbanismo que prioriza o bem-estar coletivo. Como proposto por Bispo, o território guarda não apenas a materialidade do espaço, mas também saberes acumulados pelas gerações que o ressignificam (Santos, 2023).

Neste contexto, o presente artigo visa investigar como o planejamento urbano do subúrbio carioca reproduz a colonialidade ao negar espaços de lazer para suas comunidades, de forma a evidenciar a importância de práticas mais inclusivas e atentas às realidades periféricas. Para tanto, através de um levantamento histórico e revisão bibliográfica crítica, identificaremos os fatores históricos e estruturais no planejamento urbano que contribuem para a exclusão de espaços de lazer no subúrbio carioca; examinaremos as relações de poder envolvidas no planejamento urbano do subúrbio carioca que resultam na marginalização das áreas de lazer e interpretaremos as formas de resistência das comunidades locais frente à exclusão de espaços de

lazer, evidenciando como esses atos desafiam a lógica colonial presente nas práticas de planejamento.

METODOLOGIA: ATRAVESSAMENTOS E VIVÊNCIAS

Este trabalho adota uma abordagem interdisciplinar e crítica, articulando diferentes estratégias metodológicas que convergem para o objetivo de examinar as relações de poder no planejamento urbano dos subúrbios cariocas, especialmente no que tange à marginalização das áreas de lazer. Para tanto, foram utilizados três principais procedimentos: o levantamento histórico, a revisão bibliográfica contra-hegemônica e a autoetnografia.

O levantamento histórico aborda a consolidação e formação dos subúrbios cariocas e da Quinta da Boa Vista como um aparelho de lazer que, historicamente, dialoga com as periferias da cidade. Esse levantamento visa contextualizar o cenário urbano em questão, compreendendo os processos históricos, políticos e sociais que configuraram essas regiões como espaços de marginalização e exclusão.

A revisão bibliográfica priorizou autores e autoras que constroem saberes contra-hegemônicos, como Nêgo Bispo, Cida Bento, Carla Akotirene e Achille Mbembe. Esses intelectuais, provenientes de diferentes campos do conhecimento, fornecem conceitos-chave que formam um arcabouço crítico fundamental para este estudo. Essa perspectiva é crucial, considerando que o urbanismo, enquanto campo do saber, foi historicamente concebido sob uma ótica eurocêntrica e excludente. Ao dialogar com esses autores, o trabalho promove atravessamentos profícuos entre áreas como filosofia, antropologia, sociologia e estudos urbanos, expandindo o horizonte de análise.

Além disso, a autoetnografia foi incorporada como um recurso metodológico central, reconhecendo que a escrita deste texto é também atravessada por vivências pessoais e por uma prática de vida. Conforme defendido por Márcio Caetano, Tarciso Manfrenatti e Paulo Silva Junior (2019), a autoetnografia permite narrar experiências pessoais interacionistas, conectando-as a dimensões e experiências culturais coletivas. Para os autores,

> "enquanto, majoritariamente, procedida de perspectiva interpretativa e interacionista-simbólica, a autoetnografia confere à investigação um suporte teórico que ultrapassa os limites de uma metodologia científica qualitativa. Aos/Às investigadores/as, os conhecimentos construídos pela autoetnografia podem ultrapassar o ideal acadêmico-positivista de uma

> suposta neutralidade, uma objetividade científica e/ou um entendimento particular acerca do outro" (Caetano; Manfrenattl; Silva Junior, 2019, p. 40).

Dessa forma, ao reconhecer que o pesquisador não é uma entidade apartada do objeto de estudo, mas alguém que vive e sente as dinâmicas de exclusão no espaço urbano, este trabalho assume uma postura crítica e engajada. A autoetnografia, assim, legitima o uso da experiência pessoal como elemento central na construção do conhecimento, rompendo com paradigmas positivistas e afirmando o papel do vivido como uma fonte legítima de reflexão acadêmica.

Por fim, a combinação dessas estratégias possibilita uma análise profunda, tanto histórica quanto crítica, das relações de poder que conformam o planejamento urbano carioca, revelando como essas dinâmicas perpetuam formas contemporâneas de exclusão e desigualdade.

A FORMAÇÃO DO SUBÚRBIO: UMA COLONIALIDADE DISFARÇADA DE PROGRESSO

A formação do subúrbio carioca revela uma lógica profundamente arraigada na colonialidade, estruturando o espaço urbano de maneira a reproduzir hierarquias de poder e saber. Essa lógica resulta na negação do direito pleno à cidade para as populações periféricas, que permanecem excluídas não apenas materialmente, mas também no plano simbólico. Nêgo Bispo destaca que o território não é apenas o chão, mas o conjunto de saberes acumulados sobre ele evidenciando que a colonialidade afeta tanto os espaços quanto as histórias e práticas dos sujeitos que os habitam (Santos, 2023).

O subúrbio carioca exemplifica como o urbanismo foi instrumentalizado para consolidar desigualdades socioespaciais. Durante o século XIX, intervenções urbanas em áreas como São Cristóvão, motivadas pela presença da família real na Quinta da Boa Vista, promoveram uma reconfiguração territorial voltada para atender às elites (Ferreira e Martins, 2000).

A instalação da via férrea em 1858, estações ferroviárias em 1859, sistemas de abastecimento de água em 1867 e linhas de bondes em 1870, consolidaram o bairro como um núcleo aristocrático e político. Essa ocupação inicial foi gradualmente substituída pelo desenvolvimento industrial, marcado pela criação da Imperial Fábrica de Velas Luz Steárica em 1848, que empregava mão de obra escravizada e imigrante, evidenciando o vínculo entre progresso material e exploração colonial (Ferreira e Martins, 2000). Tudo isso também intensificou uma lógica de segregação

socioespacial, deslocando a força de trabalho majoritariamente negra para áreas periféricas próximas às indústrias emergentes.

Essa reorganização espacial teve impactos profundos nas dinâmicas urbanas. O transporte público, descrito por Vasconcelos (2008) como elemento-chave do planejamento urbano colonial, consolidou o uso do solo em função das necessidades econômicas das elites. Ao direcionar as classes trabalhadoras para os subúrbios e relegar essas áreas à condição de núcleos dormitórios, o sistema urbano reforçou a exclusão material e simbólica dessas comunidades. Essa lógica se alinha ao conceito de necropoder, proposto por Mbembe (2016), que analisa a capacidade de determinados grupos de decidir sobre a vida e a morte de outros, inclusive no plano territorial, reforçando um modelo de urbanismo excludente e hierárquico.

A expansão da malha ferroviária no final do século XIX, destacando a Estrada de Ferro D. Pedro II, além de ter sido determinante para o crescimento linear dos subúrbios, com maior densidade populacional em torno das estações ferroviárias, intensificou, ainda, a segregação ao conectar os subúrbios à área central, mas sem oferecer infraestrutura de qualidade para os habitantes dessas regiões (Abreu, 1987). Trens e bondes "coisificaram" o sistema urbano preexistente, transformando as periferias em espaços de passagem e marginalidade. Essa divisão espacial, segundo Fanon, cria "cidades ajoelhadas", onde os corpos periféricos são desumanizados e condenados a viver em condições de precariedade (Fanon, 1991 apud Mbembe, 2016).

No início do século XX, o Plano Agache consolidou a vocação proletária de São Cristóvão, reforçando a segregação entre as áreas centrais, privilegiadas pela elite, e os subúrbios, relegados a funções subalternas (Vasconcelos, 2008). A ausência de espaços de lazer nesses territórios evidencia como o planejamento urbano perpetua a colonialidade, que não é apenas um legado do colonialismo, mas uma estrutura contemporânea que molda as dinâmicas sociais, econômicas e culturais.

Essa exclusão transcende o aspecto físico, configurando-se como uma desvalorização das memórias, práticas e saberes das populações periféricas. Como observa Nêgo Bispo, os territórios marginalizados carregam histórias que resistem às tentativas de apagamento e controle (Santos, 2023). No caso do subúrbio carioca, essa resistência manifesta-se em práticas cotidianas de ressignificação de espaços negligenciados, como a transformação de terrenos abandonados e praças em lugares de convivência e pertencimento.

Um exemplo significativo dessa resistência é a Quinta da Boa Vista. Localizada estrategicamente em São Cristóvão, a Quinta ilustra como as populações suburbanas

têm reapropriado o espaço para desafiar as dinâmicas de exclusão. Originalmente concebida como um território indígena e apropriado pela burguesia, a Quinta foi transformada ao longo do tempo em um "quintal coletivo", onde memórias e afetos se entrelaçam, fortalecendo os vínculos sociais (Marfetan, 2016).

A história da Quinta da Boa Vista reflete as múltiplas camadas de memória acumuladas sobre o território. Desde sua ocupação pelos povos originários até sua transformação em parque público, o espaço passou por diversas reconfigurações que moldaram sua geografia física e simbólica. Hoje, o parque é apropriado pelas populações periféricas como um lugar de lazer acessível, desafiando a lógica colonial que historicamente negou a esses grupos o direito à cidade.

O vínculo das comunidades periféricas com a Quinta é amplamente mediado pelo afeto, compreendido como uma força transformadora que conecta os indivíduos ao território (Rolnik, 2019). Esse afeto, que vai além do emocional, é também político e cultural, configurando-se como um elemento central para a reapropriação dos espaços urbanos. Na Quinta, isso se manifesta nas práticas cotidianas que moldam o parque e suas narrativas, evidenciando a resistência ativa das comunidades locais.

Contudo, a luta pelo direito à cidade no contexto suburbano enfrenta desafios constantes. A gentrificação e a mercantilização de espaços públicos ameaçam transformar territórios como a Quinta da Boa Vista em lugares excludentes, retirando sua acessibilidade e descaracterizando seu papel como espaço de convivência democrática. Esse fenômeno reflete as dinâmicas do urbanismo contemporâneo, que frequentemente prioriza interesses econômicos em detrimento do bem-estar coletivo (Santos, 2023).

No caso do subúrbio carioca, a experiência da Quinta da Boa Vista oferece uma visão paradigmática de como os territórios urbanos podem ser ressignificados. Ao desafiar as dinâmicas de exclusão, as populações periféricas transformam o parque em um espaço de convivência, resistência e produção cultural. Essa reapropriação evidencia que a cidade pode ser reconstruída a partir de suas margens, rompendo com a lógica colonial e promovendo a justiça espacial.

Portanto, a análise da formação do subúrbio carioca foi guiado por dinâmicas que priorizaram a eficiência produtiva e a marginalização espacial, revelando que o progresso urbano sempre esteve atrelado à exclusão. A colonialidade, camuflada em discursos de modernidade, nega a humanidade plena dos territórios periféricos e perpetua a segregação socioespacial, isolando simbólica e territorialmente as periferias e negando-lhes direitos, inclusive, ao lazer. Entretanto, como demonstra a

vivência suburbana, a luta por reconhecimento e inclusão continua sendo uma força transformadora no espaço urbano. A Quinta da Boa Vista, ao exemplificar a resistência das comunidades periféricas, aponta caminhos para a construção de cidades verdadeiramente plurais e inclusivas tendo como origem e sujeito o cidadão periférico que vai subvertendo pouco a pouxa esta lógica excludente.

NECROPODER E A EXCLUSÃO DE ESPAÇOS DE LAZER NO SUBÚRBIO CARIOCA

O subúrbio carioca, historicamente relegado a funções subalternas no planejamento urbano do Rio de Janeiro, carrega marcas profundas da colonialidade, refletindo uma lógica que perpetua desigualdades socioespaciais e exclusão sistemática. Essa estrutura urbana, moldada desde o século XIX, organiza territórios segundo hierarquias que privilegiam centros urbanos e áreas nobres, enquanto marginaliza periferias e subúrbios. No contexto do lazer, essa marginalização manifesta-se de maneira evidente: a ausência de equipamentos públicos de convivência e cultura nos subúrbios não é apenas um reflexo de negligência governamental, mas também uma expressão direta das dinâmicas e práticas coloniais que estruturam a cidade.

Achille Mbembe, em sua obra Necropolítica (2016) explica que a ocupação colonial inscreve novas relações sociais e espaciais sobre os territórios, organizando-os para privilegiar determinados corpos enquanto marginaliza outros. Essa lógica, descrita como necropoder, caracteriza-se pela capacidade de decidir quem importa e quem pode ser descartado (Mbembe, 2016). Aplicada ao contexto do Rio de Janeiro, ela revela-se na fragmentação territorial e no abandono sistemático de áreas periféricas, tratadas como secundárias no planejamento urbano. Os subúrbios cariocas, em particular, configuram-se como territórios marcados pela exclusão tanto material quanto simbólica, refletindo uma política que nega o direito pleno à cidade para grande parte de seus habitantes.

Mbembe define a ocupação colonial como "uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico" (2016, p. 135). Esse controle, partindo de um paralelo com os subúrbios cariocas, reflete-se na forma como o poder urbano, historicamente, determina quem importa e quem é descartável, criando territórios desprovidos de equipamentos culturais e de lazer, indispensáveis para a cidadania plena. Essa exclusão territorial e social não é casual: está enraizada no que Frantz Fanon chama de “exclusividade recíproca”, uma divisão rígida que compartimenta a cidade de acordo com a classe ou grupo a que se pertence (Fanon, 1991, apud Mbembe, 2016).

O urbanismo estilhaçado, conceito desenvolvido por Graham e Marvin (2001, apud Mbembe, 2016), complementa essa análise ao destacar a coexistência de enclaves periféricos e áreas elitizadas, desconectadas entre si. Nos subúrbios cariocas, isso se traduz em extensões territoriais fragmentadas e desprovidas de integração eficiente com áreas centrais, onde os investimentos em lazer são historicamente concentrados. O transporte público insuficiente agrava essa segregação, tornando os deslocamentos longos e cansativos, além de limitar ainda mais o acesso das populações periféricas aos equipamentos de lazer disponíveis nas áreas privilegiadas, os próprios bairros permanecem carentes de alternativas adequadas para recreação e convivência.

Fanon descreve a cidade do colonizado como

> um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, uma cidade ajoelhada (Fanon, 1991, apud Mbembe, 2016).

Essa descrição ressoa visceralmente com a realidade das periferias cariocas, onde o modo de vida é atravessado por uma fome existencial, uma privação que transcende o material e abarca direitos fundamentais. A precariedade desses territórios é perpetuada por um necropoder que normaliza a exclusão e transforma a cidade em um espaço de submissão. A ausência de políticas públicas efetivas para lazer, cultura e infraestrutura não é acidental; ela reflete escolhas estruturais que se configuram como violência simbólica e concreta, reforçando a ideia de populações descartáveis (Mbembe, 2016).

Há de se considerar, ainda, que esse urbanismo que restringe possibilidades e acessos e que é partícipe desse necropoder, se estabelece especialmente numa sobreposição de marcadores que perpetuam vulnerabilidades sociais. A essa sobreposição de forças que atravessam os territórios e os corpos, moldando as dinâmicas de segregação urbana, Carla Akotirene (2019) denomina interseccionalidade.

A interseccionalidade, enquanto ferramenta analítica, permite compreender como raça, classe e gênero se entrelaçam na configuração das desigualdades urbanas. No caso do Rio de Janeiro, essas interseções manifestam-se de maneira evidente na precariedade das periferias, que são majoritariamente habitadas por populações negras e de baixa renda.

Apesar desse cenário de exclusão, as populações periféricas não permanecem passivas. O carioca suburbano busca meios de contrapor-se a essa lógica, através de práticas cotidianas de ressignificação de espaços negligenciados que revelam a potência criativa das comunidades locais. No presente estudo, destaca-se a primazia da resistência que é a Quinta da Boa Vista, um parque urbano situado em São Cristóvão, que, ao longo dos anos, tornou-se um símbolo de luta e reapropriação para as populações suburbanas. Nesse espaço, resistência não é apenas um enfrentamento, mas também um ato de criação contínua.

Originalmente concebida como espaço aristocrático, a Quinta foi apropriada pelas comunidades periféricas como um lugar de trocas culturais, afetos e pertencimento. Essa transformação desafia a lógica excludente do planejamento urbano, inscrevendo novas memórias e significados ao território (Marfetan, 2016).

A apropriação da Quinta da Boa Vista pelas populações suburbanas transcende a simples utilização do espaço. Como observa Suely Rolnik (2019), o afeto é uma força transformadora que rompe com as lógicas de exploração e exclusão. Na Quinta, os frequentadores moldam o parque com suas práticas e narrativas, desafiando as dinâmicas que tratam os territórios periféricos como secundários ou descartáveis. Esse processo de ressignificação evidencia a resistência ativa das comunidades locais, que utilizam o espaço para construir vínculos sociais e fortalecer sua identidade coletiva.

A análise da exclusão de espaços de lazer nos subúrbios cariocas revela como o planejamento urbano perpetua dinâmicas de segregação e controle territorial, sustentadas por um urbanismo que reflete as lógicas de um poder de morte (Mbembe, 2016). No entanto, esse sistema de opressão dos territórios não os define por completo. As práticas cotidianas das populações periféricas emergem como uma potente força de resistência e criação. A Quinta da Boa Vista, apropriada ao longo dos anos pelas comunidades suburbanas, ilustra como espaços urbanos podem ser resignificados para atender às necessidades de convivência, lazer e pertencimento, de modo a subverter a lógica de abandono institucional.

Na Quinta, o afeto manifesta-se não apenas nas interações humanas, mas também na criação de um espaço coletivo que contraria as hierarquias urbanas impostas. Logo, a (re)apropriação deste equipamento transcende sua dimensão material, tornando-se um símbolo da luta pelo direito à cidade e da urgência de repensar o planejamento urbano a partir de paradigmas inclusivos, que reconheçam as populações periféricas não como objetos de intervenção, mas como sujeitos ativos na construção da cidade

verdadeiramente cidadã que desafia o necropoder e propõe um urbanismo centrado na vida, no afeto e na inclusão.

QUINTA DA BOA VISTA: ESPAÇO URBANO DE RESISTÊNCIA E AFETO

A Quinta da Boa Vista, localizada no coração do bairro de São Crsitóvão, é muito mais do que um parque público: é um território de memórias e afetos profundamente enraizado nas experiências de vida das comunidades que o frequentam. Este trabalho parte de um lugar de envolvimento pessoal e afetivo com o espaço, trazendo à tona vivências que moldaram não apenas a relação do pesquisador-objeto, mas também a forma como este trabalho foi pensado e escrito.

Desde a infância, a Quinta representou um "quintal coletivo", um lugar de liberdade e encontro. A memória das tardes ensolaradas, dos piqueniques familiares e das brincadeiras com amigos configura o pano de fundo das reflexões aqui desenvolvidas. Crescer em um ambiente periférico do Rio de Janeiro, onde espaços de lazer acessíveis são raros, fez da Quinta da Boa Vista não apenas um refúgio, mas um território que carrega camadas de história e afeto. Essas experiências pessoais, ainda que subjetivas, são centrais para compreender como a relação com o espaço se entrelaça às dinâmicas coletivas das comunidades suburbanas.

É fato que inúmeros outros moradores da Zona Norte e de comunidades próximas também constroem suas memórias nesse parque, desafiando as lógicas excludentes do planejamento urbano. A vivência cotidiana revela que a Quinta é um espaço vivo, ressignificado continuamente por aqueles que o habitam. A partir de uma perspectiva autoetnográfica, reconhecemos que as narrativas pessoais aqui trazidas não estão isoladas; elas se somam a um mosaico de experiências coletivas que transformam o parque em um microcosmo de resistência e afeto.

As práticas culturais e sociais que emergem na Quinta são marcadas pela capacidade de subverter a lógica colonial que historicamente relegou os subúrbios cariocas a espaços de precariedade. Contudo, essa subversão não ocorre apenas em atos políticos explícitos, mas também na repetição de gestos cotidianos, como levar as crianças para brincar, reunir a família para uma refeição no gramado ou caminhar pelos jardins. Essas práticas, carregadas de afeto, revelam como as populações periféricas reconfiguram e ressignificam o espaço urbano, criando um território que resiste às dinâmicas excludentes do planejamento hegemônico.

Para além da cosmivão de pesquisadores, o entrelaçamento com as experiências vividas, nos permite observar como a memória coletiva da Quinta é construída de forma plural e dinâmica. O espaço se transforma em um "arquivo afetivo", onde cada frequentador deposita uma camada de significados, histórias e emoções. Essa confluência de memórias pessoais e coletivas é central para compreender a resiliência do parque como um espaço de resistência e pertencimento.

A autoetnografia aqui não é apenas um método; é uma postura. Reconhecer-se como parte da história que se desenrola na Quinta implica compreender que vivências como essas não estão à margem da análise, mas constitui a base de onde refletimos sobre a relação entre território, afeto e resistência. Essa leitura envolvida envidencia que as vivências e os afetos não apenas iluminam a pesquisa, mas também revelam as potencialidades transformadoras do espaço.

Cabe ressaltar, ainda, que vivência cotidiana das comunidades locais na Quinta, permeada por encontros, festas populares e manifestações culturais, revela sua função como um lugar de pertencimento e resistência frente à lógica excludente do planejamento urbano que marginaliza territórios periféricos. Historicamente, ela testemunhou uma série de transformações: do aldeamento Tamoio em tempos coloniais, passando pelo período em que abrigou a família real portuguesa, até sua posterior abertura como parque público. Podemos dizer, portanto, que cada uma dessas camadas históricas interage com as narrativas contemporâneas dos seus frequentadores.

O vínculo afetivo entre os moradores das regiões circunvizinhas e a Quinta da Boa Vista é central para compreender sua ressignificação como espaço de resistência. Não se trata apenas de uma relação emocional, mas também de um ato político que se manifesta na apropriação do espaço público por parte das populações periféricas. A acessibilidade da Quinta, favorecida por sua localização estratégica e pela presença de diversos meios de transporte, como ônibus, metrô e trens suburbanos, permite que diferentes subúrbios do Rio de Janeiro se conectem a este território (Santos, 2022). Esse caráter acessível contrasta diretamente com a lógica de exclusão que caracteriza grande parte dos espaços de lazer da cidade, frequentemente reservados a classes sociais mais privilegiadas.

Além disso, a proximidade da Quinta com importantes comunidades da Zona Norte, como Mangueira, Barreira do Vasco, Tuiuti e Jacarezinho, fortalece seu papel como espaço democrático e inclusivo. A facilidade de acesso, seja por transporte público ou a pé, permite que o parque seja frequentado por uma ampla diversidade de indivíduos e grupos, que nele encontram um refúgio das dinâmicas urbanas opressoras. A

multiplicidade de entradas distribuídas ao longo do entorno do parque amplia ainda mais essa acessibilidade, reforçando seu caráter de espaço aberto e inclusivo (Santos, 2022).

Essas dinâmicas de apropriação cotidiana revelam como a relação entre os frequentadores e o espaço vai além do uso funcional, incorporando camadas de memória coletiva e afeto que são constantemente renegociadas e reatualizadas. Nesse contexto, a Quinta da Boa Vista se destaca como um símbolo da luta pelo direito à cidade, não apenas no sentido de reivindicar acesso aos benefícios urbanos, mas também de criar novas narrativas que valorizam a inclusão e a diversidade cultural.

Este trabalho, portanto, propõe uma leitura sensível da Quinta da Boa Vista como um espaço onde as populações periféricas não apenas resistem às exclusões do planejamento urbano, mas criam novas possibilidades de convivência e de construção de memórias coletivas. Essas práticas, enraizadas no cotidiano e no afeto, transformam o parque em um território de resistência que transcende as lógicas coloniais e mercantilizadas, reafirmando sua relevância para a experiência suburbana carioca.

CONCLUSÃO

Este artigo buscou analisar como o planejamento urbano do subúrbio carioca reproduz a colonialidade ao negligenciar a criação e manutenção de espaços de lazer inclusivos para as comunidades periféricas. A investigação revelou que a ausência desses espaços reflete escolhas estruturais que perpetuam desigualdades socioespaciais, reforçando a marginalização histórica das periferias cariocas. Através do levantamento histórico, foi possível identificar que o desenvolvimento dos subúrbios, em conjunto com o histórico de exclusão da Quinta da Boa Vista, não ocorreu de forma neutra ou acidental. Pelo contrário, esses processos são resultados de dinâmicas políticas e sociais que consolidaram o território como um espaço de precariedade e exclusão, ainda que ressignificado pelas comunidades que o habitam.

A revisão bibliográfica crítica evidenciou como a colonialidade do saber e do poder influencia o planejamento urbano, privilegiando perspectivas eurocêntricas que excluem e invisibilizam práticas e demandas das populações periféricas. Conceitos elaborados por autores como Nêgo Bispo, Achille Mbembe e Carla Akotirene demonstraram que a cidade não apenas reflete, mas também reproduz as hierarquias estruturais presentes na sociedade. A ausência de espaços de lazer nos subúrbios não é apenas uma questão de infraestrutura, mas uma forma de necropolítica que define

quais vidas são valorizadas e quais podem ser descartadas, configurando uma violência contínua contra as populações periféricas.

Entretanto, espaços como a Quinta da Boa Vista exemplificam como territórios urbanos podem ser ressignificados por meio de práticas cotidianas de resistência e afetividade. Ao acolher práticas de pertencimento e memória coletiva, esses lugares transcendem sua materialidade e se tornam instrumentos de contracolonialismo. A convivência nesses espaços reflete não apenas resistência às lógicas excludentes, mas também a construção de novas possibilidades de convivência urbana. Essa dinâmica dialoga com a interseccionalidade prática, ao revelar como racismo, patriarcado e capitalismo estruturam a segregação espacial, mas também como as populações periféricas resistem e constroem alternativas outras em que há possibilidades de inclusão e pertencimento.

A apropriação criativa da Quinta da Boa Vista pelas comunidades suburbanas reafirma a potência de seus saberes e suas culturas, desafiando as práticas de invisibilização e exclusão. Nessas interações, o parque se transforma em um espaço de encontros, trocas e memórias, tornando-se um paradigma de como territórios podem ser contracolonizados e ressignificados. Esses movimentos mostram que a cidade, mesmo marcada por desigualdades históricas, também pode ser um território de possibilidades, no qual as populações periféricas se afirmam como agentes transformadores.

Apesar das contribuições deste estudo, há caminhos a serem explorados em futuras pesquisas É necessário aprofundar a análise sobre como diferentes grupos sociais vivenciam e transformam os espaços urbanos de lazer, considerando intersecções de raça, gênero e classe. Além disso, estudos comparativos entre o subúrbio carioca e outras periferias urbanas no Brasil poderiam ampliar a compreensão das dinâmicas de colonialidade e resistência no contexto nacional. Outro campo promissor seria explorar como práticas artísticas e culturais periféricas têm reivindicado e ressignificado espaços públicos como territórios de expressão e luta política.

Conclui-se que repensar o planejamento urbano sob uma ótica contracolonial e inclusiva é essencial para combater as desigualdades socioespaciais que marcam as periferias cariocas. Isso implica na criação de políticas públicas que valorizem os saberes e práticas das comunidades locais, promovendo o direito à cidade como um direito à dignidade e à diversidade. A Quinta da Boa Vista, enquanto espaço de resistência e afeto, nos convida a repensar as práticas urbanas e a construir narrativas que reconheçam o protagonismo das populações periféricas na criação de cidades mais justas, plurais e humanas.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** São Paulo: Letramento, 2019.

Bento, Cida. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022

CAETANO, Marcio; MANFRENATTI, Tarciso; SILVA JUNIOR, Paulo. **Bichas pretas e negões: seus fazeres curriculares em escolas das periferias.** In: Revista Teias, v. 20, n. 59, out/dez 2019.

FERREIRA, João Carlos; MARTINS, Angela Maria Moreira**. Quinta da Boa Vista: De Espaço de Elite a Espaço Público**. Paisagem e Ambiente, n. 13, p. 125-145, 2000.

MARFETAN, Taiany Braga. **A Quinta da Boa Vista, RJ, como espaço público favorável ao exercício da cidadania**, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2016.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. Revista Arte & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, p. 123-151, dez. 2016.

OBSERVATÓRIO DA BRANQUITUDE (ODB). **Glossário de termos - branquitude e relações raciais.** Rio de Janeiro, 2024.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo.** Porto Alegre: Sulina, 1989.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Joana Berrondo da Silva. **Quintal de casa: a Quinta da Boa Vista como equipamento de lazer e afeto da vida suburbana carioca.** TCC (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Santa Úrsula. Rio de Janeiro, 2022.

VASCONCELOS, P. de A. (2008). ABREU, Maurício de. **A evolução urbana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IPLANRIO; Zahar, 1987. 147 p. *Revista De Urbanismo E Arquitetura*, *1*(2).